

Dia Internacional da Família

15 de maio

Como são as famílias em Portugal e que riscos económicos enfrentam

Em Portugal as famílias são hoje mais e têm menor dimensão média, em consequência do aumento do número das famílias unipessoais e da redução do número de famílias numerosas, indicam os resultados dos *Censos 2011*. As pessoas que vivem sós são sobretudo idosas/os e mulheres, dois grupos que o *Inquérito às condições de vida e rendimento* identifica como sendo particularmente afetados pelo risco de pobreza. Também as famílias com crianças dependentes, em particular as famílias numerosas e as famílias monoparentais, são afetadas por riscos de pobreza e intensidade da pobreza elevados.

Em 2011, 3,1% das pessoas que viviam em agregados familiares e 8,4% das pessoas pobres, não tinham capacidade para ter uma refeição de carne ou peixe pelo menos de 2 em 2 dias. Cerca de ¼ das pessoas e quase metade das que viviam em agregados em risco de pobreza referiram que não tinham meios para manterem a casa adequadamente aquecida.

42% das pessoas com 25-59 anos em risco de pobreza em 2010 referiram ter vivido enquanto adolescentes em famílias cuja situação financeira consideraram ser má ou muito má; 55,7% referiram ter vivido numa família com dificuldades financeiras para fazer face a despesas necessárias.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas proclamou o dia 15 de maio como **Dia Internacional da Família**, comemorado desde 1994 com o objetivo de chamar a atenção dos governos e responsáveis por políticas locais de todo o mundo para a importância da família como núcleo vital da sociedade e para os seus direitos e responsabilidades e para sensibilizar e promover o conhecimento relacionado com as questões sociais, económicas e demográficas que afetam a família, entre outros aspetos.

Em 2013, o tema subjacente ao Dia Internacional da Família é a promoção da integração social e da solidariedade entre gerações. Neste contexto, e tendo em conta que a família é o apoio mais seguro quando se deterioram algumas condições de vida como a saúde, o trabalho, a habitação ou a situação financeira das pessoas, o INE organiza os resultados mais recentes sobre a evolução demográfica e alguns aspetos ligados à integração social e de condições de vida das famílias residentes em Portugal.

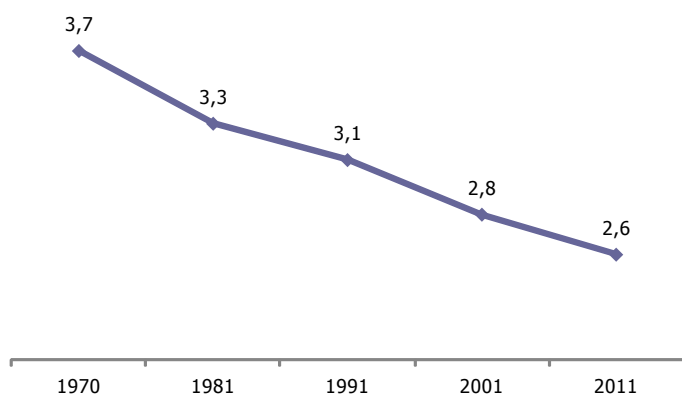
Há mais famílias clássicas e com dimensão média decrescente

O número de famílias clássicas residentes em Portugal aumentou cerca de 11% nos últimos dez anos, passando de 3 650 757 em 2001 para 4 043 726 famílias clássicas em 2011.

As alterações sociodemográficas sentidas ao longo das últimas décadas, como sejam os ganhos em esperança média de vida ou as alterações nos padrões de fecundidade e de nupcialidade, têm-se refletido em transformações também nas estruturas e composições familiares.

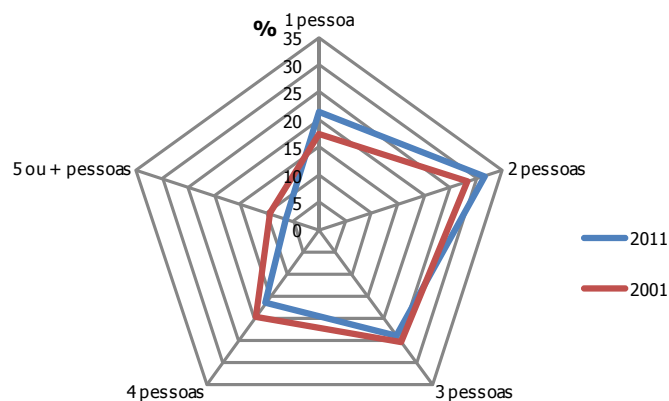
Uma das mais evidentes consequências destas transformações remete para a tendência observada na dimensão média das famílias desde 1970 até 2011, representando um decréscimo de aproximadamente uma pessoa por família clássica.

Figura 1 - Dimensão média das famílias clássicas, 1970 a 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 1970-2011

Figura 2 - Dimensão das famílias clássicas, 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001 e 2011

Há mais pessoas a viver sós e menos famílias numerosas

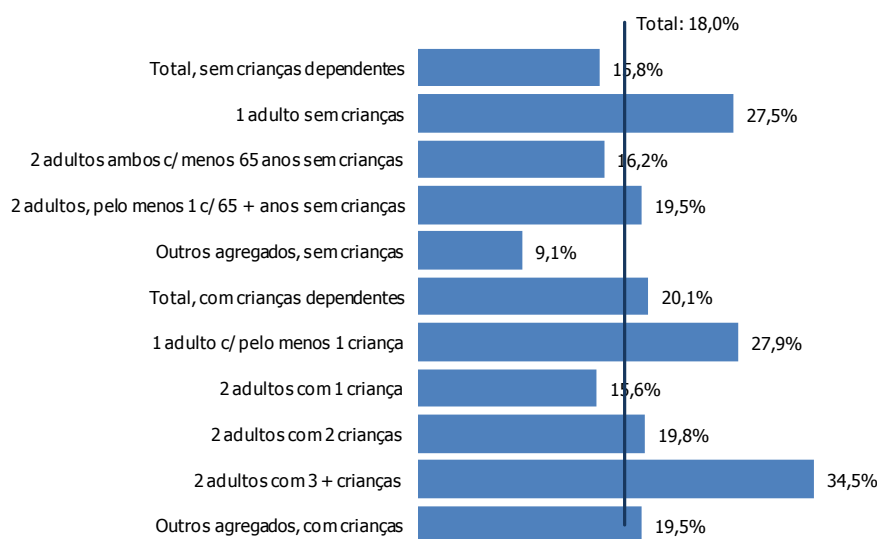
A redução da dimensão média das famílias clássicas resulta não apenas do aumento do número das famílias unipessoais, mas também da redução do número de famílias numerosas. Se em 2011 as famílias clássicas constituídas por uma só pessoa representavam 21,4% do total de famílias, correspondendo a um aumento de cerca de 4 pontos percentuais (p.p.) relativamente a 2001, a proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas decresceu aproximadamente 3 p.p., passando de 9,5% do total de famílias clássicas em 2001 para 6,5% em 2011.

Numa perspetiva socioeconómica, o risco de pobreza é sempre particularmente elevado para estes dois grupos: da ordem dos 30-40% para as pessoas em agregados constituídos por dois adultos e com três ou mais crianças, cerca de duas vezes mais do que a proporção estimada para o total da população; e ligeiramente inferior e com tendência decrescente para as famílias unipessoais (35,2% em 2003 e 27,5% em 2010).

Em contraste, as pessoas que viviam em agregados familiares de três ou mais adultos e sem crianças dependentes¹ e as famílias de dois adultos e uma criança dependente, caracterizavam-se por serem as menos afetadas pelo risco de pobreza (9,1% e 15,6% em 2010).

¹ Corresponde ao grupo "outros agregados sem crianças" de acordo com a tipologia apresentada na figura.

Figura 3 - Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, 2010



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

Aumenta o risco de pobreza em condição de desemprego

A população que vivia em agregados familiares enfrentava um risco de pobreza de 18,0% em 2010, o que traduz uma melhoria relativa face a 2003, com 20,4%, e sobretudo face a 1994, com 23%.

Todavia, em condição de desemprego o risco de pobreza aumentava para valores da ordem dos 36% (37,0% em 2008, 36,4% em 2009 e 36,0% em 2010), bastante diferente do risco de pobreza estimado nesses anos para a generalidade da população que vivia em agregados familiares (cerca de 18%). Por condição perante o trabalho, sobressai a tendência decrescente do risco de pobreza para a população reformada, sobretudo a partir de 2007-2008.

Em 2001 8,5% das famílias clássicas tinham algum desempregado, e em 2011 esta proporção aumentou para 14,3%. Considerando os núcleos familiares unipessoais, entre 2001 e 2011 a proporção de desempregados aumentou de 2,2% para 4,9%.

As pessoas que vivem sós são sobretudo idosas/os e mulheres, dois grupos particularmente afetados pelo risco de pobreza

O crescente envelhecimento da população, particularmente elevado na população feminina, permite enquadrar a tendência de aumento das famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, assim como o contraste evidente entre as populações idosas feminina e masculina a viver só.

Em 2011 as famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos correspondiam a 10,1% do total de famílias clássicas e representavam a maior parcela de famílias unipessoais (46,9%), traduzindo-se num aumento de 26,8% relativamente a 2001.

A segmentação por sexo mostra que, se na população mais jovem em idade ativa, particularmente com idades entre os 25 e os 44 anos, havia uma ligeira predominância de homens, a partir dos 45 anos eram mais as mulheres que viviam

em famílias clássicas com uma só pessoa. A feminização das famílias clássicas unipessoais é particularmente evidente na população idosa, representando 36,1% do total de famílias unipessoais.

Figura 4 – Proporção de famílias clássicas unipessoais e de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 e mais anos, por sexo, 2001 e 2011

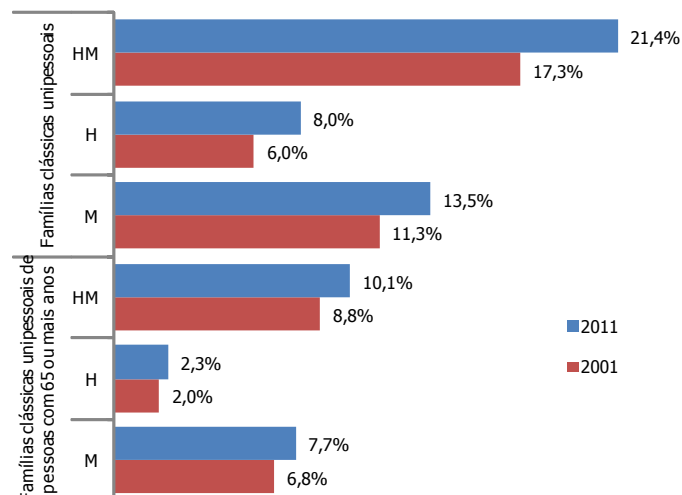
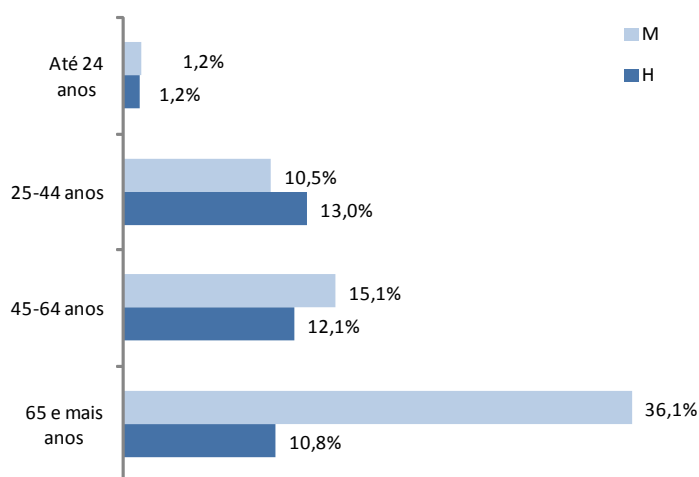


Figura 5 – Distribuição das famílias clássicas unipessoais por grupos etários e sexo, 2011



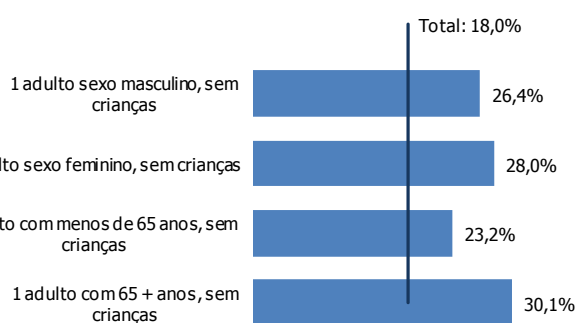
Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001 e 2011

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

Para além da preponderância destes dois segmentos – idosas/os e mulheres que vivem sós – no contexto das famílias unipessoais, observa-se serem também aqueles em que o risco de pobreza era mais elevado, 28,0% e 30,1% respetivamente.

Contudo, apesar de a condição de idoso influenciar negativamente o risco de pobreza, a intensidade da pobreza para as/os idosas/os pobres era menos gravosa (18,1% em 2010) do que para as famílias em geral (23,2%), como mostra a figura 8. Apenas as pessoas que viviam em famílias de dois adultos em que pelo menos um deles era idosa/o (figura 7) registavam uma intensidade da pobreza mais reduzida (9,0%). Em contraste, a proporção de famílias constituídas por dois adultos não idosos sem crianças dependentes que eram pobres era inferior à média da população, mas quando o eram registavam uma insuficiência de recursos particularmente elevada.

Figura 6 - Taxa de risco de pobreza nos agregados unipessoais, 2010



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

Também as mulheres pobres a viver sós se encontravam numa posição relativamente melhor do que os homens pobres que viviam sós em termos de intensidade da pobreza (19,5% face a 28,7% em 2010), ou seja, de entre as famílias unipessoais em risco de pobreza, a insuficiência de rendimento era mais grave nos homens que nas mulheres.

Figura 7 - Taxa de intensidade da pobreza segundo a composição do agregado familiar, 2010

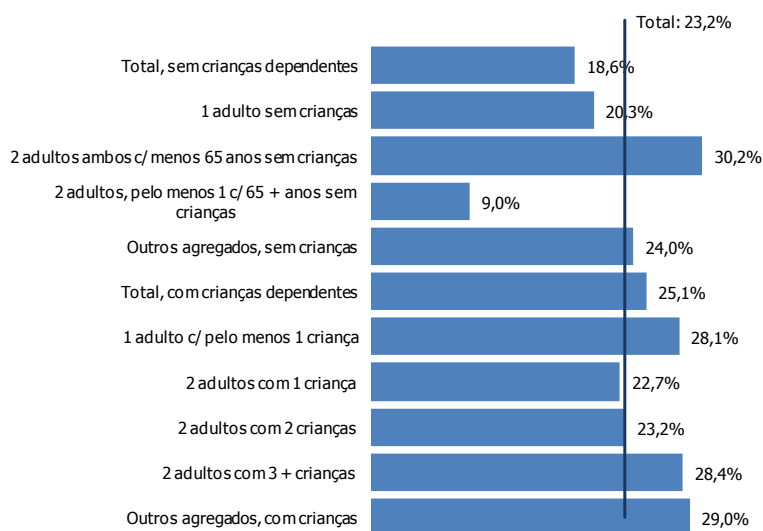
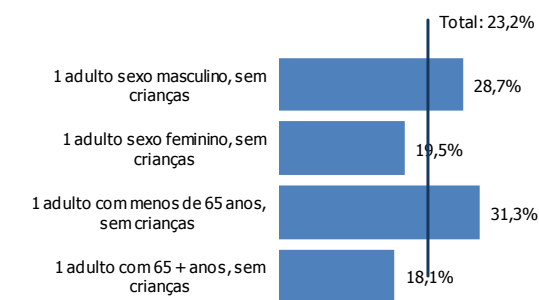


Figura 8 - Taxa de intensidade da pobreza nos agregados unipessoais, 2010



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

Aumentou o número de famílias monoparentais, um dos grupos com risco de pobreza e intensidade da pobreza mais elevados

As alterações na composição dos núcleos familiares ao longo da última década revelam transformações importantes quer ao nível da parentalidade no contexto da família, quer dos diferentes tipos de conjugalidade.

Segundo os dados dos Censos, verificou-se um aumento dos núcleos familiares monoparentais, de 11,6% do total de núcleos familiares em 2001 para 14,9% em 2011. Embora tanto os núcleos monoparentais masculinos como femininos tenham contribuído para este aumento, a maioria corresponde a situações de mães com filhos (416 343 núcleos familiares em 2011, correspondendo a 12,9% dos núcleos familiares, e a 86,7% dos núcleos monoparentais).

Os agregados familiares constituídos por um adulto com crianças dependentes eram um dos grupos com maior proporção de pessoas em risco de pobreza (27,9%) e maior intensidade da pobreza (28,1%), como mostram as figuras 3 e 7.

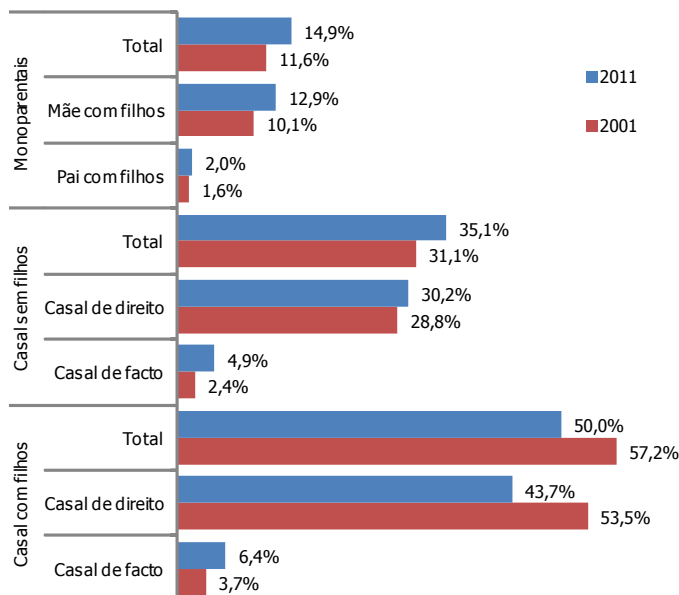
As famílias constituídas por casal com filhos continuam a representar metade dos núcleos familiares, embora as relações conjugais de facto com filhos tenham aumentado

Os núcleos familiares constituídos por um casal (de direito ou de facto) com pelo menos um filho representavam metade dos núcleos familiares em 2011. Observa-se, contudo, um decréscimo de 7 p.p. face a 2001, altura em que representavam 57,2% do total de núcleos familiares.

A proporção de casais com um filho, representando em 2001 e 2011 mais de metade dos casais com filhos, aumentou de 53,5% em 2001 para 58,4% em 2011. Paralelamente, a proporção de casais com mais do que um filho foi menor em 2011 do que em 2001, independentemente do número de filhos (dois, três, quatro ou cinco ou mais filhos).

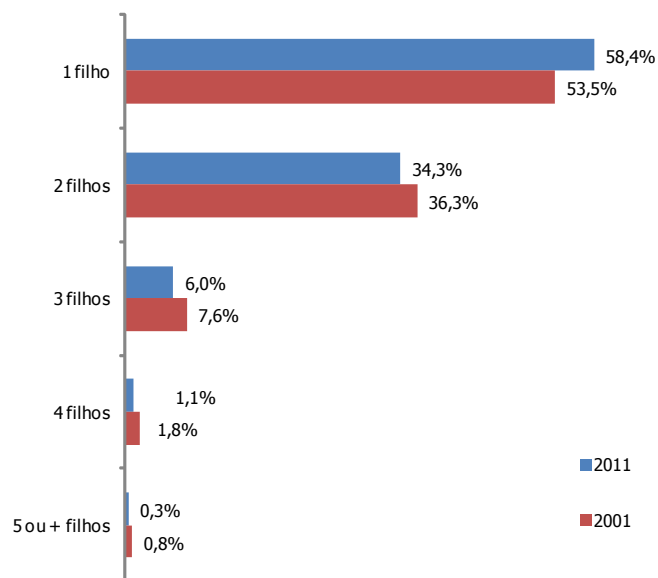
Ainda relativamente aos casais com filhos, note-se que, apesar do decréscimo observado, verificou-se um aumento dos casais com relações conjugais de facto com filhos, que passaram a representar 6,4% dos núcleos familiares, mais 80% do que em 2001.

Figura 9 – Núcleos familiares segundo o tipo de núcleo, 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001 e 2011

Figura 10 – Distribuição dos núcleos familiares com filhos pelo número de filhos no núcleo, 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001 e 2011

Inversamente ao decréscimo observado no número de casais com filhos, as situações de casais sem filhos aumentaram na década compreendida entre os dois momentos censitários, de 31,1% para 35,1% dos núcleos familiares, com aumentos nos núcleos familiares constituídos por casais quer de facto quer de direito.

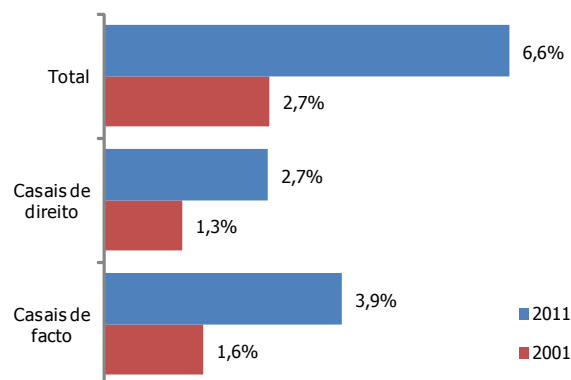
As relações conjugais de facto ganharam expressão em Portugal entre 2001 e 2011. Se em 2001 os núcleos conjugais de facto representavam 6,1% do total de núcleos conjugais (185 917 núcleos), em 2011 esta proporção subiu para 11,3% (363 891 núcleos), representando um aumento dos núcleos conjugais de facto de 96%.

Os núcleos familiares reconstituídos aumentaram em 2011

Também nos núcleos familiares reconstituídos – que correspondem às situações de um casal (de direito ou de facto) com filhos em que pelo menos um dos filhos é não comum (apenas filho de um dos elementos do casal) – se observam alterações na comparação dos dados censitários de 2001 e 2011, constituindo mais um fator relevante para a leitura das transformações e diversidade dos contextos familiares em Portugal.

Entre 2001 e 2011, a proporção de núcleos familiares reconstituídos face ao total de núcleos familiares de casais com filhos mais do que duplicou, passando de 2,7% (46 786) para 6,6% (105 763).

Figura 11 – Proporção de núcleos familiares reconstituídos, 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamentos da População e da Habitação, 2001 e 2011

Por outro lado, a análise dos segmentos respeitantes a núcleos de direito e de facto no total de núcleos familiares reconstituídos traz para primeiro plano a crescente realidade da conjugalidade de facto. Verifica-se que mais de metade dos núcleos reconstituídos em 2011 correspondia a casais de facto com pelo menos um filho não comum (59,2%). Se é verdade que a proporção de núcleos reconstituídos mais do que duplicou quer em casais de facto quer em casais de direito, nos primeiros o aumento foi mais acentuado (a taxa de variação de casais de facto em núcleos familiares reconstituídos entre 2001 e 2011 é de 139%).

O risco e a intensidade da pobreza são mais gravosos para as famílias com crianças dependentes

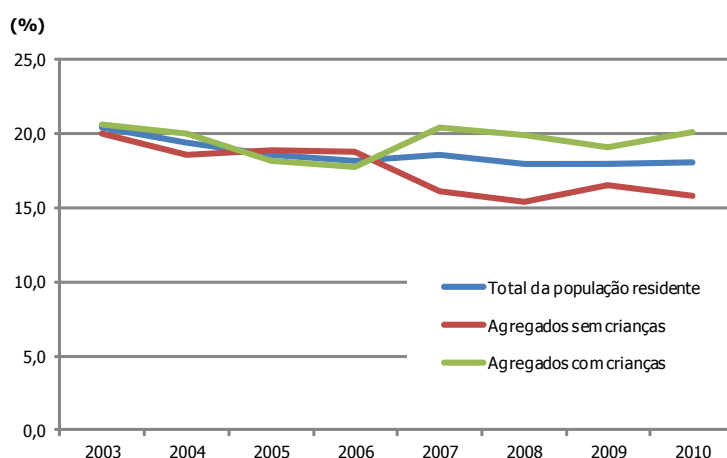
De um modo geral, entre 2003 e 2010, as pessoas a viver em agregados com crianças dependentes registaram taxas de risco de pobreza superiores à média da população, acentuando-se esta discrepância a partir de 2007.

Eram também um dos grupos com intensidade da pobreza mais elevada, 25,1% em 2010 (figura 7), e com maior vulnerabilidade a situações de privação material (22,8%) (figura 13), particularmente no caso das pessoas que viviam em famílias constituídas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes (38,6% com três ou mais dificuldades entre os nove itens selecionados para o indicador de privação material²).

No conjunto das famílias com crianças dependentes, apenas as que eram constituídas por dois adultos e uma criança dependente enfrentavam um risco de pobreza e uma taxa de intensidade da pobreza inferiores à população em geral, respetivamente com 15,6% e 22,7% em 2010 (figuras 3 e 7).

Os agregados familiares constituídos por dois adultos e uma ou duas crianças dependentes (18,2% e 18,7%) eram relativamente menos atingidos pela privação material do que a população em geral e do que os restantes tipos de famílias com crianças dependentes.

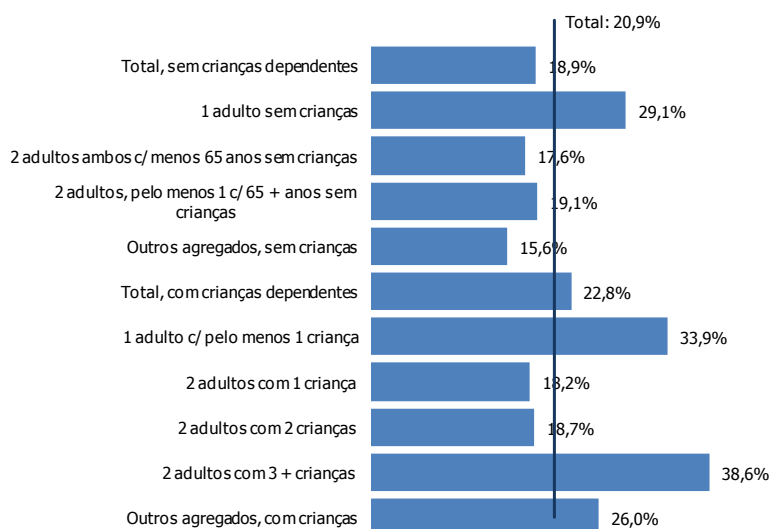
Figura 12 - Taxa de risco de pobreza no total da população e nos agregados com e sem crianças dependentes, 2003-2010



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2004-2011

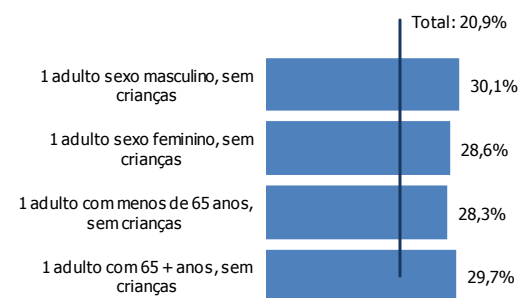
² V. conceito nas notas metodológicas (pág. 11).

Figura 13 - Taxa de privação material segundo a composição do agregado familiar, 2011



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

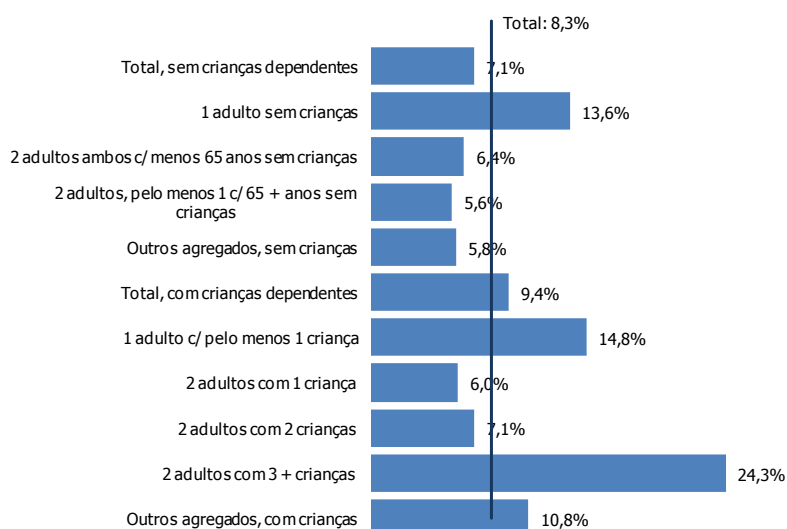
Figura 14 - Taxa de privação material nos agregados unipessoais, 2011



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

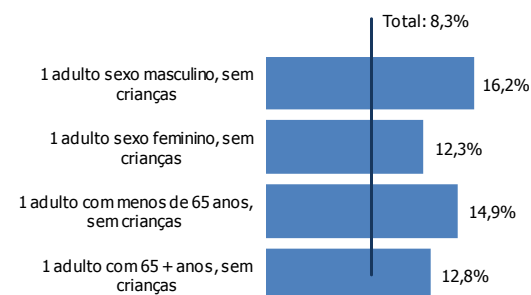
Em geral, a proporção de agregados familiares com crianças dependentes em situação de privação material severa (famílias com quatro ou mais dificuldades de entre os nove itens de privação material) era também superior à média da população (9,4% face a 8,3% em 2011), destacando-se novamente as famílias constituídas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes com uma proporção de 24,3%.

Figura 15 - Taxa de privação material severa segundo a composição do agregado familiar, 2011



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

Figura 16 - Taxa de privação material severa nos agregados unipessoais, 2011



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

3,1% das pessoas em agregados familiares e 8,4% das pessoas pobres sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe pelo menos de 2 em 2 dias

A leitura das dificuldades por item de privação material evidencia que 3,1% das pessoas em agregados familiares referiu em 2011 não ter capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias, e 26,8% referiu não ter capacidade para ter a casa adequadamente aquecida.

Nas famílias em risco de pobreza, a proporção de pessoas sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias sobe para 8,4%.

As dificuldades associadas ao pagamento de rendas, encargos ou despesas correntes e ao pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo eram as mais evidentes para as famílias com crianças dependentes, sobretudo as dificuldades no pagamento de rendas, encargos ou despesas correntes referidas pelas famílias em risco de pobreza.

As incapacidades para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo, para pagar uma semana de férias por ano fora de casa, para manter a casa adequadamente aquecida e a não disponibilidade de automóvel caracterizavam as maiores diferenças entre famílias em risco de pobreza e aquelas em que tal não se verificava.

Quadro 1 - Indicadores de privação material na população total e por estado de pobreza, 2011

unidade: %

	População total			População em risco de pobreza			População sem risco de pobreza		
	Total	Agregados sem crianças	Agregados com crianças	Total	Agregados sem crianças	Agregados com crianças	Total	Agregados sem crianças	Agregados com crianças
I1. Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	29,1	24,7	33,2	53,5	48,7	57,0	23,8	20,2	27,3
I2. Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	57,2	57,2	57,2	84,0	85,4	82,9	51,3	51,9	50,8
I3. Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	10,2	6,2	14,0	20,1	10,1	27,3	8,1	5,5	10,6
I4. Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3,1	3,7	2,6	8,4	9,1	7,9	1,9	2,7	1,2
I5. Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	26,8	28,0	25,8	44,8	47,0	43,1	22,9	24,4	21,5
I6. Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1,5	2,4	0,7	4,9	8,2	2,4	0,8	1,3	0,3
I7. Sem disponibilidade de televisão a cores	0,4	0,6	0,3	1,2	1,6	0,9	0,3	0,4	0,1
I8. Sem disponibilidade de telefone	1,9	2,7	1,1	5,0	7,8	3,0	1,2	1,8	0,7
I9. Sem disponibilidade de automóvel	9,2	9,0	9,3	24,1	21,1	26,2	5,9	6,7	5,0

Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

A situação financeira da família de origem influencia o risco de pobreza na atualidade

Do conjunto de pessoas com 25 a 59 anos que se encontravam em risco de pobreza em 2010, 42,0% referiram ter vivido enquanto adolescentes (cerca de 14 anos) em famílias cuja situação financeira consideraram ser má ou muito má (figura 17) e 55,7% referiu tratar-se de uma família com dificuldades financeiras para fazer face a despesas necessárias

(figura 18), sendo que para a população em geral com a mesma idade aquelas proporções eram bastante mais reduzidas (27,2% e 39,3%).

Figura 17 - Situação financeira do agregado em que viviam as pessoas entre os 25 e os 59 anos quando tinham cerca de 14 anos, por estado de pobreza em 2010

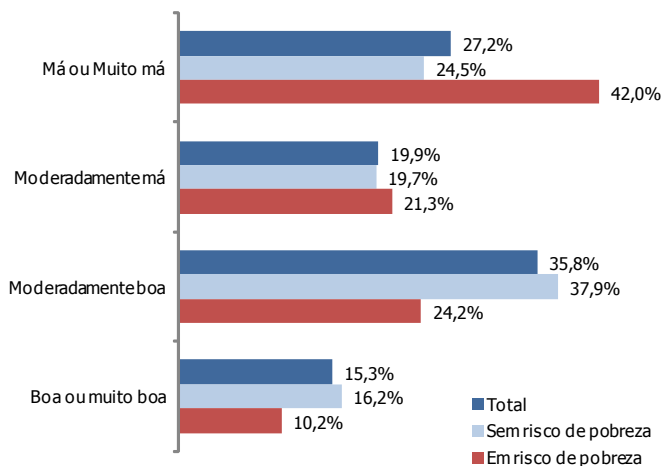
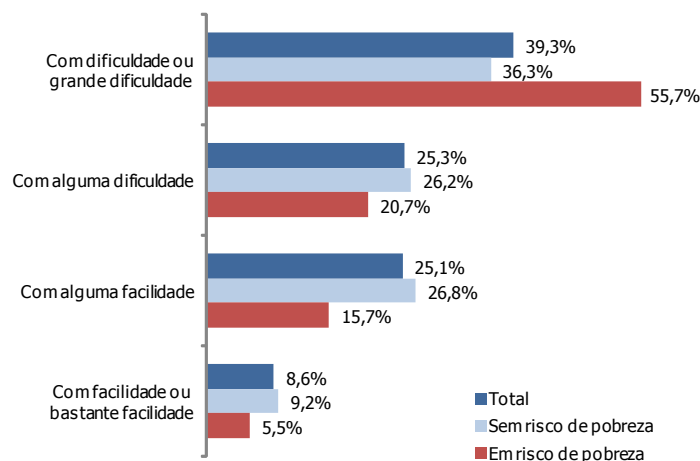


Figura 18 - Capacidade para fazer face às despesas necessárias do agregado em que viviam as pessoas entre os 25 e os 59 anos quando tinham cerca de 14 anos, por estado de pobreza em 2010



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011 (módulo sobre transmissão intergeracional de desvantagens sociais)

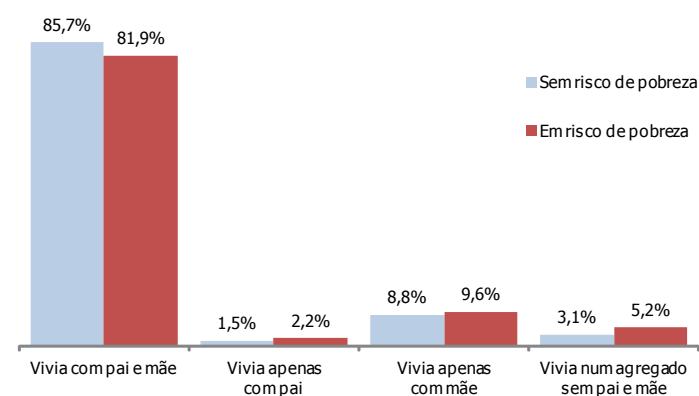
Naquele grupo etário, 81,9% das pessoas que se encontravam em risco de pobreza em 2010 habitavam com pai e mãe aos 14 anos, que compara com 85,7% das que não enfrentavam risco de pobreza. A proporção de pessoas que referiram habitar apenas com a mãe aos 14 anos foi cerca de 9%, sem diferenças relevantes entre pobres e não pobres (figura 19). A pertença a uma família com 3 ou mais crianças era superior em quase mais 10 p.p. para aqueles atualmente pobres.

Apenas 2,9% das pessoas entre os 25 e os 59 anos que se encontravam em risco de pobreza em 2010 viviam aos 14 anos com um pai com nível de escolaridade secundário³ ou superior e 3,2% com uma mãe com nível de escolaridade secundário ou superior, enquanto que as mesmas proporções eram de 7,8% e 7,4% para pessoas no mesmo grupo etário que não se encontravam em risco de pobreza.

Observa-se ainda que a proporção das pessoas que tinham um pai trabalhador por conta de outrem na adolescência era menor para aqueles em risco de pobreza (53,7%) do que para aqueles que não estavam nesta condição em 2010 (66,6%), fundamentalmente devido a uma maior proporção de pais trabalhadores por conta própria.

A diferença é ainda maior relativamente aos que tinham uma mãe trabalhadora por conta de outrem (28,3% para as

Figura 19 - Presença do pai e/ou da mãe no agregado em que viviam as pessoas entre os 25 e os 59 anos quando tinham cerca de 14 anos, por estado de pobreza em 2010



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011 (módulo sobre transmissão intergeracional de desvantagens sociais)

³ ISCED-97, níveis 3 e 4

peças com risco de pobreza e 39,8% para as peças sem risco de pobreza), o que fica a dever-se sobretudo a uma maior proporção de mães trabalhadoras por conta própria (24,8% face 17,9%) e, em menor dimensão, uma maior proporção de mães domésticas (39,1% face 35,9%).

NOTAS METODOLÓGICAS

Os indicadores apresentados neste destaque decorrem dos resultados dos Censos 2001 e 2011 e do Inquérito às condições de vida e rendimento das famílias (EU-SILC), 2004 a 2011, incluindo o módulo sobre transmissão intergeracional de desvantagens sociais.

Conceitos censitários:

Família clássica: Conjunto de peças que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Núcleo familiar: Conjunto de duas ou mais peças pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos.

Núcleo familiar monoparental: Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho.

Núcleo familiar reconstituído: Núcleo familiar que consiste num casal "de direito" ou "de facto" com um ou mais filhos naturais ou adotados, sendo, pelo menos, um deles filho apenas de um dos membros do casal.

Conceitos utilizados no EU-SILC:

Os indicadores foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias do ano anterior. Excluem-se, assim, outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação.

Agregado doméstico privado: conjunto de peças que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. [Neste destaque utiliza-se também agregado familiar e família como sinónimos de agregado doméstico privado].

São consideradas crianças dependentes todas as peças até aos 17 anos (inclusive), bem como as peças entre 18 e 24 anos, desde que economicamente dependentes.

São classificadas como idosas todas as peças com 65 ou mais anos.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Taxa de intensidade da pobreza (*Relative at risk of poverty gap*): corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

Taxa de privação material: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos três das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Taxa de privação material severa: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em *Taxa de privação material*.